



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO N.º 00600-00000302/2020-61-e

PARECER N.º 970/2020–G3P

EMENTA: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal – SECID/DF. Exercício financeiro de 2017. Análise Inicial. Proposta de julgamento regular e regular com ressalvas. Pelo arquivamento.

Os autos se referem à a tomada de contas anual dos responsáveis da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/DF, atual Secretaria Executiva das Cidades, referente ao exercício financeiro de 2017.

2. As condutas examinadas referem-se aos seguintes aos seguintes agentes públicos e respectivos períodos de gestão:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Marcos de Alencar Dantas CPF nº 115.512.671-87	Secretário de Estado	01.01 a 31.12.17
Maria Valéria Lemos Vasconcelos CPF nº 469.161.806-68	Secretária de Estado Substituta	11.09 a 10.10.17
Marcello Nobrega de Miranda Lopes CPF nº 801.309.921-00	Subsecretário de Administração Geral	01.01 a 14.05.17
Claudio Roberto de Paula Prata CPF nº 441.692.137-34	Subsecretário de Administração Geral	16.05 a 15.08.17
Alfredo Murillo Gamcoiro do Souza CPF nº 371.531.961-53	Subsecretário de Administração Geral	16.08 a 31.12.17
Izaías da Silva Rocha CPF nº 295.989.661-00	Subsecretário de Administração Geral Substituto	02.10 a 20.10.17

Fonte: Informação nº: 126/2020 – SECONT/2ª DICONTE, peça 28, e-doc 69A22673

3. O processo foi objeto de exame da Controladoria-Geral do Distrito Federal, ocasião em que foi emitido o Relatório de Contas n. 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (peça 17, e-doc B6E81F6A). Do exame, o órgão de Controle Interno apresentou as seguintes falhas, classificadas como “**médias**”:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Documento	Subitem	Descrição
Relatório Contábil Anual (e-DOC 01F5DE6E, Peça nº 16)	-	1- Ativo – Saldos a regularizar; 2- Passivo – Obrigações pendentes de regularização; 3- Atos potenciais ativos diversos – saldo em contratos/convênios com prazo de vigência expirado.
Relatório de Bens Móveis nº 108/2018 (e-DOC pp. 68/69 do e-DOC DD34C7BC – Peça nº 6)	-	1- Bens não localizados – Código 108.96.00.00.00 SISGEPAT; 2- Bens localizados pela Comissão Inventariante sem plaqueta de tombamento, sem informação de sua origem e/ou provenientes de doação; 3- Bens localizados com plaquetas de tombamento do GDF e que não fazem parte da carga geral dessa Unidade Administrativa (bens da carga de outras Unidades Administrativas); 4- Bens sem plaqueta de tombamento; 5- Movimentação informal de bens entre Órgãos usuários; 6- Bens desgastados pelo tempo, danificados e necessitando de reforma.

4. Emitiu, ainda, no Relatório de Contas, considerações sobre a Eficiência e Eficácia, onde concluiu:

Gestões	Grau de Eficácia	Grau de Eficiência
Orçamentária	Eficaz	Eficiente
Financeira	Eficaz	Eficiente
Contábil	Eficaz	Eficiente
Patrimonial	Eficaz	Eficiente

5. A Unidade Técnica, no âmbito do Tribunal, por meio da Informação n. 126/2020 – SECONT/2ªDICONTE (peça 28, e-doc 69ª22673-e), informa, de início, a ausência de impropriedades formais.

6. Destacou que no Relatório do Organizador das Contas (e-DOC 04A59970-e, Peça nº 15) não constaram impropriedades.

7. Com relação às falhas do Relatório Contábil destacou “*inconsistências no Balancete da Contábil da SECID/DF, que demandam a regularização de saldos em várias contas correntes relativas a exercícios anteriores e que permaneceram, no exercício de 2018, sem regularização ou com regularização parcial*”.

8. Destacou, ainda, sobre a gestão de material e patrimônio, nos Relatórios da Comissão de Inventário de Bens Móveis e Imóveis, exercício 2017 (pp. 7/65 do e-DOC DD34C7BC, Peça nº 6), e do Relatório – Bens Móveis nº 108/2018 (pp. 68/69 do e-DOC DD34C7BC), que “*foram apontadas falhas na utilização e administração dos bens patrimoniais móveis sob a responsabilidade da Unidade Administrativa, as quais demandaram recomendações e providências dirigidas à Pasta pelo Órgão Central de Patrimônio, a fim de sanar e/ou elucidar os problemas identificados*”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

9. Com relação aos demonstrativos e Tomada de Contas Especiais, informou a inexistência de processos em andamento.

10. Acerca das falhas apresentadas pelo órgão de Controle Interno, no Relatório de Contas n. 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (peça 17, e-doc B6E81F6A), fez considerações:

4.1.1. Concordamos com as análises realizadas pelo Controle Interno quanto às falhas constantes dos subitens consignados no citado Relatório de Contas e indicadas no quadro contido no item 3.5.2 desta Informação, tendo em vista se tratarem de falhas formais, ocorridas no decorrer da gestão, que não maculam suas contas anuais pela irregularidade.

4.1.2. Cabe ressaltar o Relatório de Inspeção nº 04/2019 – DARUC/DARUC/COMOT/COGEA/SUBCI/CGDF (e-DOC D273135F, Peça nº 21), por meio do qual a Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do DF se manifestou pela ausência de falhas médias e graves nos processos inspecionados.

4.1.3. Sendo assim, tem-se que as ocorrências identificadas na gestão dos responsáveis retratam falhas administrativas de natureza formal e/ou de baixa materialidade, tendo o Controle Interno dirigido recomendações/orientações à Pasta a fim de regularizar as situações identificadas, razão pela qual tais ocorrências podem repercutir como ressalvas às presentes contas.

11. Sobre as contas dos exercícios anteriores, destacou que a SECID/DF foi constituída em 2016 pelo por meio do Decreto nº 37.625/16, constando apenas o Processo nº 00600-00000294/2020-53 que se encontra *“em fase inicial, mas com proposta da Unidade Técnica para o julgamento pela regularidade com ressalvas e regularidade das contas”*.

12. Informou a inexistência de decisões do Tribunal pendentes de atendimento e processos com influência nas contas.

13. Por fim, apresentou as seguintes sugestões ao eg. Plenário:

I. tome conhecimento da tomada de contas anual dos responsáveis pela SECID/DF, concernente ao exercício de 2017;

II. julgue, no tocante ao objeto desta TCA:

a) regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas do Sr. Marcos de Alencar Dantas, CPF nº 115.512.671-87 (Secretário de Estado, período de 01.01 a 31.12.16), Marcelo Nobrega de Miranda Lopes, CPF nº 801.309.921-00 (Subsecretário de Administração Geral, período de 01.01 a 14.05.17), Alfredo Murillo Gameiro de Souza, CPF nº 371.531.961-53 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.08 a 31.12.17), e Cláudio Roberto de Paula Prata, CPF nº 441.692.137-34 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.05 a 15.08.17), em decorrência das impropriedades indicadas nos subitens



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

elencados na tabela 2 do Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17): Ativo – Saldos a regularizar; Passivo – Obrigações pendentes de regularização; Atos potenciais ativos diversos – saldo em contratos/convênios com prazo de vigência expirado; Bens não localizados – Código 108.96.00.00.00 SISGEPAT; Bens localizados pela Comissão Inventariante sem plaqueta de tombamento, sem informação de sua origem e/ou provenientes de doação; Bens localizados com plaquetas de tombamento do GDF e que não fazem parte da carga geral dessa Unidade Administrativa (bens da carga de outras Unidades Administrativas); Bens sem plaqueta de tombamento; Movimentação informal de bens entre Órgãos usuários; e Bens desgastados pelo tempo, danificados e necessitando de reforma;

b) regulares, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, as contas da Sra. Maria Valéria Lemos Vasconcelos, CPF nº 469.161.806-68 (Secretária de Estado Substituta, período de 11.09 a 10.10.17), e do Sr. Izaías da Silva Rocha, CPF nº 295.989.661-00 (Subsecretário de Administração Geral - Substituto, período de 02.10 a 20.10.17);

III. determine, com base no art. 19 da LC nº 1/1994, aos atuais gestores da SECID/DF que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas no item II retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24, incisos I e II, da LC nº 1/1994, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os responsáveis nominados no item II;

V. autorize o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis e arquivamento.

14. Os autos vêm ao exame do Parquet especializado, a teor do Despacho de lavra do Sr. Secretário de Contas, peça 29, e-doc 616C9424.

15. Quanto ao mérito, nos termos do artigo 17 da Lei Complementar n. 1/94, as contas anuais de gestão serão julgadas regulares, “quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável”. Existindo falhas que evidenciam “impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário” as contas serão julgadas regulares com ressalvas. Em contraponto, verificadas irregularidades sobre a “omissão no dever de prestar contas”, “prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico”, “dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico” ou “desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos”, as contas serão julgadas irregulares.

16. Nessa acepção, o Ministério Público de Contas converge ao encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico, por considerar que as falhas da prestação de contas caracterizam impropriedades ou faltas de natureza formal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

17. As falhas do Relatório Contábil Anual se referem a problemas de formalização de registros contábeis, não configurando irregularidades graves. No Ativo, Passivo e registros de Atos Potenciais, há diferenças de saldos entre as contas, que deverão ser ajustados. De igual maneira, constaram inconformidades sobre os Relatórios de Bens Móveis e Imóveis, que deverão ser ajustadas, sem indícios de que as falhas estejam relacionadas a prejuízos ao erário.

18. Quanto à individualização de responsabilidades, o Ministério Público de Contas converge à proposição do Corpo Técnico, no sentido de sejam imputadas as ressalvas, por terem relação direta com os atos administrativos de gestão orçamentária e patrimonial, ao Sr. **Marcos de Alencar Dantas**, CPF nº 115.512.671-87 (Secretário de Estado, período de 01.01 a 31.12.16), **Marcelo Nobrega de Miranda Lopes**, CPF nº 801.309.921-00 (Subsecretário de Administração Geral, período de 01.01 a 14.05.17), **Alfredo Murillo Gameiro de Souza**, CPF nº 371.531.961-53 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.08 a 31.12.17), e **Cláudio Roberto de Paula Prata**, CPF nº 441.692.137-34 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.05 a 15.08.17).

19. Assim, o Ministério Público de Contas opina para que o Tribunal de Contas acolha as propostas apresentadas pelo Corpo Instrutivo, Informação n. 126/2020 – SECONT/2ªDICONT (peça 28, e-doc 69ª22673-e), transcritas no parágrafo 13 do Parecer, no sentido de que as contas estão aptas ao julgamento pela **Regularidade com Ressalvas**.

É o parecer.

Brasília, 1º de dezembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador